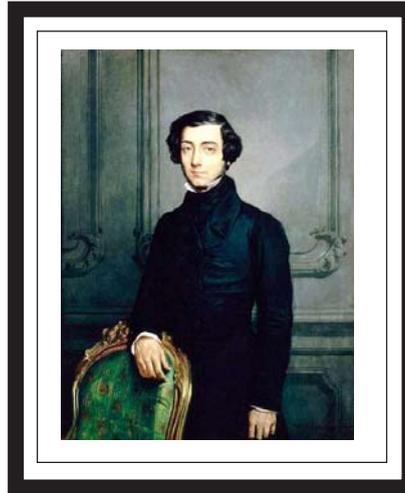


TOCQUEVILLE: FUNDAMENTOS DO PODER POLÍTICO

José Otacílio da Silva



Alexis de Tocqueville (1805-1859)

RESUMO: O artigo pretende analisar o pensamento político de Aléxis de Tocqueville com o propósito de trazer à tona sua compreensão sobre os fundamentos do poder político. Depois de analisar suas principais obras – Democracia na América e O Antigo Regime e a Revolução – bem como obras de alguns de seus críticos, o artigo demonstra que, que diferentemente de seus antecessores que viram a origem e a fundamentação do poder político em um pacto social não situado no tempo e no espaço, Tocqueville mostra, documentalmente, que, no caso norte-americano, o Estado nasceu de um pacto realizado pelos anglo-americanos em inícios do século XVII. Aos olhos de Tocqueville, foram as condições de igualdade dos anglo-americanos, bem como suas heranças culturais e aspectos físicos do território americano que contribuíram para a instalação da democracia na América.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; Poder político; Democracia.

SUMMARY: The article intends to analyze the political thought of Tocqueville with the purpose of bringing to surface his understanding on the foundations of the political power. After analyzing their main works - Democracy in America and The Old Regime and the Revolution - as well as works of some of their critics, the article demonstrates that, differently of their predecessors that saw the origin and the foundations of the political power in a social pact no located in the time and in the space, Tocqueville shows, with base in documents, that, in the North American case, the State was born of a pact accomplished by the Anglo-Americans in beginnings of the century XVII. To the eyes of Tocqueville, were the conditions of equality of the Anglo-Americans, as well as their cultural inheritances and physical aspects of the American territory that contributed to the installation of the democracy in America.

KEYWORDS: State; Political power; Democracy.

* * *

1. INTRODUÇÃO

A questão da legitimidade do poder político, desde os tempos remotos até os dias de hoje, tem sido uma das preocupações constantes das diversas ciências sociais. Nesse debate, a obra de Aléxis de Tocqueville pode trazer importantes subsídios teórico-metodológicos para a compreensão das complexas questões políticas do mundo contemporâneo. É com esse entendimento que o presente estudo tem o objetivo de analisar as principais obras de Tocqueville, bem como obras de alguns de seus críticos com o propósito de averiguar como ele fundamenta o poder político.

Aléxis Carlos Clerel de Tocqueville, nasceu em Paris em 1805 e morreu em 1859. Como liberal convicto e politicamente atuante, Tocqueville, tanto na teoria como na prática, não deixou de oferecer sua parcela de contribuição para construção da sociedade democrática (ZEVEDEI, 1989, p. 12-13). Como teórico, legou duas obras políticas que se tornaram clássicas: *Democracia na América*, publicada em 1834 e *O Antigo Regime e a Revolução*, publicada em 1856. Como ativista político, atuou como membro do magistrado, do parlamento e, ainda, como secretário de assuntos estrangeiros. Descontente com os novos rumos políticos da França no período na Restauração e em protesto ao golpe de Estado de Luís Bonaparte, Tocqueville abandonou a vida política e passou a se dedicar ao estudo da vida social, particularmente, aos estudos históricos.¹

2. A OBRA E O MÉTODO DE TOCQUEVILLE

A preocupação central de Tocqueville ao escrever *A democracia na América* e até mesmo *O Antigo Regime e a Revolução*, não era demonstrar a origem e as razões da existência do Estado ou do poder político. Ao invés disso, no primeiro caso, seu objetivo

maior era demonstrar as condições em que foi possível a instalação do sistema democrático na América, bem como averiguar sua tendência evolutiva e, no segundo caso, averiguar as influências do absolutismo no surgimento e evolução da democracia francesa. Entretanto, em *a Democracia na América*, ao tratar da fundação das colônias inglesas na América, Tocqueville pôde mostrar como e por quais razões o Estado e o poder político foram criados pelos anglo-americanos que ali se instalaram a partir de inícios do século XVII.

Democracia na América é uma obra resultante da visita que Tocqueville fez à América entre maio de 1831 e janeiro de 1832. Enviado pelo ministério da justiça francês para analisar o sistema penitenciário daquele país, Tocqueville não perdeu a oportunidade de observar de perto como, institucionalmente e na vida cotidiana, o regime democrático funcionava entre os americanos. Foi com base nesta observação *in loco* que, a partir de seu retorno à França em janeiro de 1832, Tocqueville haveria de escrever sobre a democracia na América revelando não só a sua natureza, mas também as suas tendências evolutivas. Como diz o próprio Tocqueville em um de seus textos, “confesso que na América vi mais do que a democracia; busquei lá a imagem da própria democracia com suas tendências e seu caráter, seus preconceitos e suas paixões, para aprendermos o que temos a temer ou esperar de seu progresso” (TOCQUEVILLE, 1989, p. 45). Quer dizer, mais que ver a natureza e as tendências da democracia já consolidada na América, Tocqueville estava preocupado em buscar indícios sobre o futuro da França que, a partir da Revolução de 1789, iniciava seus primeiros e cambaleantes passos rumo à construção de sua democracia.

Ao escrever *O Antigo Regime e a Revolução*, Tocqueville tinha pelo menos dois propósitos básicos: mostrar as causas da

Revolução de 1789 e, ao mesmo tempo, as características específicas da democracia francesa. É com este duplo intento que Tocqueville revela, em seu estudo, as semelhanças existentes entre o Antigo e o Novo Regime instaurado com a Revolução, bem como os aspectos que o regime absolutista preservou na nascente democracia francesa. Nesta obra, se se tem em vista a postura liberal de Tocqueville, não é surpreendente a maneira enérgica com que ele combatia os aspectos tirânicos que vigoraram no Antigo Regime e que insistiam em permanecer ou em brotar-se no seio do recém inaugurado sistema político francês.

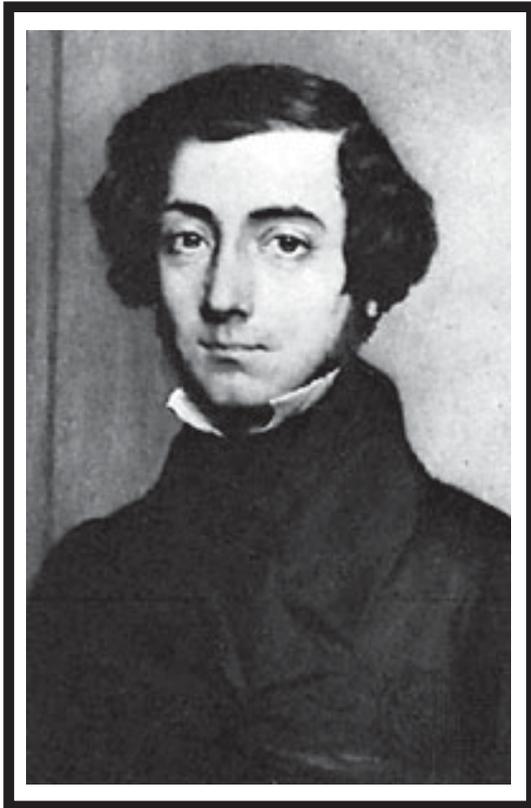


Conforme Zevedei (1989, p. 14), Tocqueville considerava em suas observações que, embora o novo regime tivesse o objetivo de alcançar a liberdade em longo prazo, paradoxalmente – por uma série de fatores estruturais e circunstanciais – destruiu a possibilidade de sua realização: A administração política que antes era centralizada sob o regime absolutista, no novo regime, tornou-se ainda mais centralizada. Enfim, ao tratar da democracia na América e do processo revolucionário francês em suas duas grandes obras, Tocqueville estava mais interessado em compreender e explicar a ocorrência dos fatos que em narrar, simplesmente, o desenrolar dos acontecimentos.

Em *Democracia na América*, Tocqueville procurou não só descrever como os emigrantes ingleses que se instalaram na costa da América em inícios do século XVII construíram o seu sistema político naquelas terras, mas também as condições sociais, políticas, econômicas, culturais e geográficas que propiciaram a instalação das liberdades democráticas, e que influenciariam o desenvolvimento futuro do sistema político. Da mesma forma, na obra *O Antigo Regime e a Revolução Francesa*, Toqueville não teve outra preocupação senão “tentar mostrar e fazer compreender a causa, o caráter, o alcance dos grandes acontecimentos que formavam os elos principais da corrente desse tempo” (MAYER, 1989, p. 30-32). Nesta tentativa de compreensão e explicação dos acontecimentos revolucionários franceses, os fatos só serviriam a Tocqueville como uma “base sólida e contínua” sobre a qual ele haveria de apoiar as idéias que tinha sobre os acontecimentos, não só do momento histórico em que vivia, mas também aqueles que antecederam e sucederam a Revolução e os que marcavam sua tendência evolutiva.

Como sugere Zevedei (1989, p. 20-21), em seu estudo sobre a Revolução Francesa Tocqueville utilizou um modelo analítico de enfoque “estrutural-globalizador”, isto é, um modelo analítico que considerou tanto as variáveis estruturais como as variáveis comportamentais que influenciam os acontecimentos políticos. Com base neste modelo analítico, Tocqueville procurou mostrar, por exemplo, que a centralização política que, paradoxalmente, foi promovida pela Revolução Francesa, é uma decorrência não só da centralização política instalada, antes, pelo regime absolutista que a antecedeu, mas também da progressiva fragmentação da sociedade e do isolamento e enfraquecimento de seus segmentos. Além disso, aos olhos de Tocqueville, a centralização política que se instaurou com a Revolução Francesa decorreu, também, da

insegurança e desconfiança generalizada dos franceses que acabou gerando o desejo de um Estado forte e centralizado, e até mesmo das condições sociais dos intelectuais – isolamento social, falta de liberdade política etc. – que os levaram a negar a tradição e a defender a razão e, assim, postular um governo e um Estado fortes.



Como procedimentos metodológicos, em seus estudos, Tocqueville sempre procurou destacar as características de seu objeto de estudo que, em determinado contexto histórico, são as mais relevantes – método que mais tarde Max Weber chamaria de método do tipo ideal ou tipológico – e sempre recorreu ao método comparativo como mecanismo de demonstração de suas proposições. É utilizando o método do tipo ideal que Tocqueville constrói o conceito de democracia com base na característica que, a seu ver, seria a mais marcante nas sociedades democráticas e particularmente

na América: a igualdade (CHEVALIER, 1989, p. 253; QUIRINO, 1989, p. 153), isto é, a tendência das sociedades modernas nivelarem cada vez mais as condições sociais dos cidadãos. Assim, poder-se-ia dizer que, na visão de Tocqueville, uma sociedade é tanto mais democrática quanto mais niveladas são as condições sociais de seus cidadãos. Com base na noção de igualdade como elemento básico da democracia, Tocqueville pôde, então, realizar as comparações entre a natureza e a constituição das democracias americana, inglesa e francesa, tanto em seu estudo sobre a democracia na América como em seu estudo sobre o Antigo Regime e a Revolução.

3. FUNDAMENTOS DO PODER POLÍTICO NA AMÉRICA

Tocqueville, que escrevia *Democracia na América* entre 1832-1834, sentia-se historicamente bem situado para tentar compreender a origem dos anglo-americanos ocorrida há apenas duzentos anos antes de sua época. Entendendo que as circunstâncias de nascimento afetam o ser e, portanto, que a compreensão do povo americano exige que se o observe em suas origens, Tocqueville considerava que os Estados Unidos “são o único país em que se pode testemunhar o crescimento tranqüilo e gradual da sociedade” (TOCQUEVILLE, 1969, p 50). Quer dizer, Tocqueville considerava que – por se encontrar perto da época em que se formaram os Estados da América para estar rigorosamente familiarizado com os seus elementos, e suficientemente afastado deste período para julgar alguns de seus resultados – teria mais facilidades para estudar a constituição da sociedade americana do que os outros estudiosos – Hobbes e Rousseau, por exemplo – que se ocuparam com estudos acerca do nascimento do Estado em épocas não situadas no tempo e espaço.

Tratando-se especificamente da constituição do Estado norte-americano, Tocqueville pôde observar, com nitidez, as características dos emigrantes ingleses que se instalaram na costa do Atlântico Norte, bem como os motivos que os levaram a constituir o poder político. Embora os emigrantes ingleses tivessem objetivos diferentes para se instalarem na América, eles tinham em comum a característica de falarem a mesma língua e de serem descendentes de um mesmo povo habituado ao respeito às leis e à liberdade política.

Particularmente os colonos que se instalaram ao norte, nas costas da Nova Inglaterra, pertenciam todos às classes mais independentes de seu país de origem. Eram colonos que, de certa maneira, tinham suas condições sociais niveladas em termos de riqueza, de inteligência e de talentos. Esses colonos, detentores de uma certa posição social em seu país de origem, não foram obrigados a deixar a Inglaterra por necessidades econômicas. Ao invés disso, o que os motivou a enfrentar o sofrimento intrínseco do exílio para começar vida nova no norte do Novo Mundo, foi a esperança em ter uma vida próspera e liberdade para que pudessem, ali, pôr em prática a sua fé religiosa. Como diz Tocqueville (1969, p. 53), o objetivo que alimentava os anglo-americanos era a esperança de fazerem triunfar suas convicções religiosas puritanas. Perseguidos pela pátria-mãe por serem puritanos, “partiram à procura de uma região rude e não freqüentada no mundo, onde pudessem viver de acordo com suas próprias opiniões e venerar a Deus em liberdade”.

Esses imigrantes portadores de um acentuado nivelamento social e de uma mesma fé religiosa – ao desembarcarem nas costas nuas do Novo Mundo – haveriam de se preocupar, de imediato, com a organização da nova vida social que iniciavam. Assim, segundo Tocqueville, o primeiro cuidado que tiveram foi constituir uma sociedade

subscrevendo o “Acordo de MayFlower”: um pacto social que daria origem ao Estado e que fundamentaria o poder político da futura nação. Nas poucas linhas transcritas por Tocqueville, em seu livro *Democracia na América*, é possível observar o momento em que o Estado foi constituído pelos imigrantes ingleses e como eles fundamentaram o poder político que acabava de ser criado no Novo Mundo. O “Acordo de MayFlower”, ou seja, o pacto social realizado pelos novos habitantes da Nova Inglaterra em 1620, deu-se nos seguintes termos:

Em nome de Deus. Amém. Nós cujos nomes vão abaixo assinados, súditos leais de nosso venerado Senhor Soberano o Rei Jaime etc. etc., tendo empreendido para a glória de Deus e o progresso da Fé Cristã, e honra de nosso Rei e país, uma viagem para implantar a primeira colônia nas regiões setentrionais da Virgínia; pelo presente, solene e mutuamente – na presença de Deus e de cada um – nos reunimos e combinamos a nós mesmos como um corpo político e civil, para nossa melhor ordem e preservação e a busca dos fins acima mencionados, e em virtude do presente, promulgaremos, constituiremos e moldaremos as leis, ordenações, atos, constituições e ofícios justos e iguais que, de tempos em tempos, forem considerados melhores e mais convenientes para o bem geral da Colônia; nos quais prometemos toda a devida submissão e obediência (TOCQUEVILLE, 1969, p. 53).

Ao transcrever este acordo, Tocqueville não estava fazendo outra coisa senão preenchendo uma lacuna deixada na teoria política e, ao mesmo tempo, revelando como e por que, senão os homens em geral, pelo menos os norte-americanos, criaram o Estado e o poder político. Como outros pensadores, Hobbes (1999) e Rousseau (1999), cada um à sua maneira, mostraram que o Estado e o poder político, em geral, nascem de um suposto pacto social realizado entre os

homens. Entretanto, nenhum desses estudiosos indicou onde e quando o pacto social havia ocorrido. Tocqueville mostra, documentalmente, que o Estado norte-americano surgiu de um acordo realizado entre os colonos ingleses que se estabeleceram no Novo Mundo em inícios do século XVII.

Conforme os dados oferecidos em *Democracia na América* e conforme o *Acordo de MayFlower*, poder-se-ia afirmar que, para Tocqueville, o Estado norte-americano – embora submisso ao Estado inglês até que as colônias inglesas declarassem sua independência em finais do Século XVIII e elaborassem sua primeira Constituição – foi criado por homens que eram *iguais* em suas condições sociais, com a incumbência de promover a *melhor ordem e preservação*, bem como o *bem geral* dos novos habitantes do Novo Mundo.



© Richard Merkel

Embora o trecho transcrito acima sobre o *Acordo de MayFlower* não trate da forma de governo que haveria de ser instalada pelos anglo-americanos na Nova Inglaterra, Tocqueville avalia que as condições sociais desses novos habitantes do Novo Mundo, bem

como a sua herança cultural e até mesmo as condições geográficas do território ocupado, não permitiriam a adoção de outra forma de governo senão a democracia. Foram essas condições que levaram os anglo-americanos a nortear suas práticas políticas – desde a fundação das colônias – no princípio da liberdade e da soberania do povo.

As condições sociais dos anglo-americanos – particularmente daqueles que se instalaram no norte das costas atlânticas do território americano – que haveriam de favorecer a adoção do regime democrático entre eles, têm como característica básica a igualdade. Trata-se não só da igualdade de fortuna², mas também da igualdade de intelecto e de possibilidades de participação na vida política. Essa igualdade, aos olhos de Tocqueville, é resultado de um processo irreversível que ocorria tanto na Inglaterra, como em todas as sociedades modernas (CHEVALIER, 1989, p. 253).

Nesse sentido, Tocqueville considera que em inícios do segundo milênio, na Europa, apenas um pequeno número de famílias detinha o poder hereditário e usava a força para obter a obediência. Entretanto, ao longo dos anos, gradativamente os diversos segmentos sociais – membros da igreja, ricos e pobres, senhores e vassalos – tiveram acesso ao poder político. Considerando que este processo de nivelamento social não pode tomar uma direção inversa e que todos são “instrumentos cegos na mão de Deus”, Tocqueville tem esse processo de nivelamento social ou de igualdade das possibilidades de participação política, como um fato natural.

A igualdade de condições, portanto, não poderia estar ausente entre imigrantes ingleses que foram construir vida nova na América. Além de se tornarem iguais no processo de nivelamento social que ocorria na Europa e que atingia a todos, entre os imigrantes ingleses que foram para a América não havia aristocratas, nem pobres

que precisassem garantir a sobrevivência em outras regiões. Daí a afirmação de Tocqueville de que os anglo-americanos que se instalaram no Novo Mundo se encontravam num estado de igualdade social, pois, entre eles, não havia homens de baixo nascimento, nem pobres. Ao invés disso, eram homens com “maior igualdade de fortuna e de intelecto”.

A igualdade de condições existente entre os anglo-americanos foi o fator decisivo para que, na prática e constitucionalmente, a democracia fosse instalada na América. Como diz Tocqueville (1969, p. 133), é “o princípio da igualdade que torna os homens independentes uns dos outros, os faz contrair o hábito e o gosto de não seguirem em suas ações privadas, senão sua própria vontade” e que os faz “olhar com suspeita toda autoridade, inspirando-lhes o amor da liberdade política”. É em decorrência da igualdade que os americanos, desde cedo, aprenderam a confiar em seus próprios esforços para alcançarem seus objetivos comuns sem depender, portanto, da ajuda das autoridades instituídas. Mais do que isto, é a igualdade existente entre os anglo-americanos que, ao incitar o amor pela liberdade, iria garantir que, constitucionalmente, a soberania fosse colocada nas mãos do povo e não nas mãos de um só, como ocorreu, por exemplo, entre os franceses marcados pelas suas condições desiguais de existência.

É a igualdade geradora do gosto pela liberdade que levaria a Nova Inglaterra a respeitar as liberdades provinciais e a criar, depois da luta das colônias pela independência, uma constituição democrática e um sistema federativo, onde seriam contemplados, a um só tempo, tanto os interesses comuns existentes entre elas como as diversas aspirações provinciais.

Aliados à igualdade, foram os hábitos e os costumes herdados pelos anglo-americanos de sua pátria-mãe que lhes

permitiu criar e manter, por todo o tempo, a democracia na América. Os ingleses que migraram para a costa do Novo Mundo – dizia Tocqueville – tinham aprendido a tomar parte nos negócios públicos em sua pátria mãe; estavam todos habituados ao julgamento pelo júri, à liberdade de palavra e de imprensa, à liberdade pessoal, à noção de direitos e à prática de os afirmar. Os anglo-americanos – continua Tocqueville – “levaram consigo para a América essas instituições livres e costumes varonis e essas instituições preservaram-nos contra a usurpação do Estado. Assim, entre os americanos, a liberdade é que é velha, enquanto a igualdade é de data moderna” (TOCQUEVILLE, 1969, p. 341).

Comparativamente, Tocqueville dizia, em seguida, que na Europa ocorria o inverso: a igualdade introduzida pelo poder absoluto e sob o domínio dos reis, já fora infundida nos hábitos das nações muito antes que a liberdade tivesse entrado em seus pensamentos. São os hábitos e costumes adquiridos pelos anglo-americanos que levaram as colônias britânicas, desde o seu começo, a parecer “destinadas a testemunhar o crescimento, não da liberdade aristocrática de sua pátria-mãe, mas a liberdade das ordens inferiores e médias das quais a história do mundo ainda não tinha fornecido um exemplo completo” (TOCQUEVILLE, 1969, p. 51).

As causas acidentais ou providenciais, ou seja, as causas físicas, segundo Tocqueville, também exerceram suas influências na construção da democracia nas colônias inglesas. Em primeiro lugar, situadas numa região do Novo Mundo onde se encontravam sem vizinhos, portanto, sem guerras, sem crises financeiras e sem grandes exércitos a sustentar, as colônias não necessitaram centralizar a administração com o propósito de arrecadar pesados impostos, permitindo, assim, que os cidadãos mantivessem suas liberdades

provinciais. Em segundo lugar, a abundância de recursos naturais oferecidos pelo vasto território ocupado pelos anglo-americanos, ao garantir-lhes a prosperidade geral, proporcionou a estabilidade do governo democrático que – mais que qualquer outra forma de governo – depende da vontade da maioria. Daí a afirmação de Tocqueville: os antepassados dos anglo-americanos “deram-lhes o amor pela igualdade e pela liberdade; mas o próprio Deus lhes deu os meios de permanecerem iguais e livres, colocando-os num continente sem limites”. Nos Estados Unidos – continua Tocqueville – “não é só a legislação que é democrática, mas a própria natureza favorece a causa do povo” (TOCQUEVILLE, 1969, p. 149).

A religiosidade dos anglo-americanos foi outro fator de significativa importância no processo de criação e de consolidação da democracia no território americano. No entendimento de Tocqueville, a religião, ao estabelecer valores morais para nortearem a conduta dos indivíduos que se encontram em condições de igualdade, coloca limites à aspiração desenfreada que possuem pela liberdade.

Os anglo-americanos se instalaram na América trazendo da pátria-mãe dois espíritos distintos, mas necessariamente complementares para o convívio ordeiro na sociedade que haveriam de construir: o “espírito da liberdade” propiciado por suas condições de igualdade e o “espírito da religião” neles despertado pelo protestantismo puritano. O puritanismo – que, a um só tempo, é portador de elementos morais e democráticos – haveria de deixar os anglo-americanos convictos de que somente sua religião poderia oferecer a verdade sobre a vida e, além disso, convencidos de que somente a obediência às leis poderia garantir-lhes a liberdade civil.

Assim, portadores de uma religião, ao mesmo tempo libertária e moralista, os anglo-americanos se instalaram nas costas do

Atlântico Norte com o firme propósito de buscar a riqueza material para o bem-estar e a felicidade na terra e, ao mesmo tempo, o bem moral para a salvação no céu. A moralidade pregada pelo puritanismo, aos olhos de Tocqueville, foi o fator que contribuiu para que os anglo-americanos, mesmo sedentos de liberdade, não esquecessem de prestar obediências às leis que construíam. Como diz Tocqueville, “a moralidade é a melhor garantia da lei; é o pendor mais seguro da duração da liberdade” (TOCQUEVILLE, 1969, p 58).

Enfim, foi a igualdade existente entre os imigrantes que fundaram as colônias inglesas na América, seus hábitos e costumes, bem como a natureza do território que os acolheu e a própria religião que professavam, que lhes permitiram construir um poder político com base no consenso e, também, a democracia na América. Com essas condições favoráveis, os anglo-americanos puderam fundar o poder político atribuindo a soberania à maioria e puderam criar as instituições democráticas necessárias para alcançar a liberdade que buscavam.

Os americanos tiveram a seu favor a circunstância de nascimento. Seus antepassados importaram a igualdade de condição e de intelecto para a sua vida de campo e, dessas condições, originou-se muito naturalmente a república democrática. Além disso, os primitivos colonos legaram aos seus descendentes, os costumes, as maneiras e as opiniões que mais contribuem para o sucesso de uma república. Em outras palavras, devido às suas circunstâncias, sua origem, sua inteligência e especialmente sua moral, os anglo-americanos “foram suficientemente felizes para escapar ao domínio do poder absoluto” e “puderam estabelecer e manter a soberania do povo” (TOCQUEVILLE, 1969, p 67).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve o propósito de analisar qual é o entendimento de Tocqueville sobre os fundamentos do poder político. Observou-se que, tratando-se especificamente do Estado americano e não do Estado em geral – como o fizeram outros pensadores políticos – para Tocqueville, o Estado, e com ele o poder político, nasceu de um pacto firmado entre os anglo-americanos que se instalaram na América, em inícios do século XVII, com o propósito de promover o bem-estar dos colonos ingleses e com o propósito de garantir que eles vivessem sua vida religiosa em liberdade. Se os anglo-americanos optaram por uma forma democrática de governo, aos olhos de Tocqueville, essa opção foi condicionada não só pelos aspectos físicos da região em que se instalaram, mas também pela igualdade de condições em que se encontravam e pelos costumes e valores culturais que herdaram de seu país de origem. Estes fatores, que contribuíram para a instalação da democracia na América, foram os mesmos fatores que iriam contribuir também para o desenvolvimento dos sentimentos e valores cívicos entre os americanos e, assim, motivá-los no que se refere à participação nas atividades políticas e comunitárias das províncias, dos municípios, dos Estados e do país.

Duas indagações acerca do pensamento político de Tocqueville devem ser destacadas. Em primeiro lugar, cabe perguntar até que ponto, nos dias de hoje, o Estado americano pode ser considerado um instrumento de promoção do “bem-geral”? Se é verdade que um pacto social criado entre pessoas de condições sociais e de objetivos iguais – como, segundo Tocqueville, o eram os anglo-americanos que se instalaram na América em inícios do século XVII – pode dar origem a uma instituição política que vise à promoção do bem comum, como se justificaria a permanência desta instituição num contexto histórico em que as desigualdades entre os cidadãos, tanto sociais quanto econômicas, se tornam cada vez mais acentuadas? Em segundo lugar, faz-se necessário perguntar: se é verdade que a liberdade política pode contribuir não só para o desenvolvimento das virtudes cívicas entre os cidadãos, mas também para motivá-los à participação na vida política, o que explicaria o individualismo exacerbado e a apatia política dos cidadãos nas sociedades modernas onde as liberdades políticas são imperativas?

T & M

Texto recebido em maio de 2005.

Aprovado para publicação em setembro de 2005.



5. NOTAS

1. Em seu livro, *As etapas do pensamento sociológico*, Raymond Aron traz importantes informações sobre a biografia de Aléxis de Tocqueville (cf. ARON, 2002, p. 378-381).
2. Tocqueville considerava os colonos ingleses como iguais na fortuna porque, não sendo aristocratas de nascimento, nem servos ou escravos, todos tinham possibilidades iguais de obterem riquezas. Mesmo que houvesse ricos e pobres entre eles, o caráter “flutuante” das posses levava Tocqueville a considerar que aqueles colonos eram iguais na fortuna (cf. TOCQUEVILLE, 1969, p. 338).

6. SOBRE O AUTOR

José Otacílio da Silva é professor de Sociologia e Ciência Política na Universidade Estadual do Oeste do Paraná — Campus de Cascavel. Membro do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político na mesma instituição. Endereço eletrônico: otacilio@certto.com.br.

7. REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CHEVALIER, Jean Jacques. **As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias**. Rio de Janeiro: Agir, 1989.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1999.
- QUIRINO, Célia Galvão. “Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade”. In: WEFFORT, F. **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 1989.
- ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América**. São Paulo: Nacional, 1969.
- . **O Antigo Regime e a revolução**. Brasília: Editora da UnB; Hucitec, 1989.
- ZEVEDEI, Barbu. “Apresentação”. In: TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a revolução**. Brasília: Editora da UnB; Hucitec, 1989.

UNIOESTE

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

REVISTA TEMAS & MATIZES

Versão eletrônica disponível na internet:

www.unioeste.br/saber